

ATA DA 099ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2016
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Silva - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - João Amin - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputados: Gelson Merisio
Aldo Schneider
Padre Pedro Baldissera

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) - Faz menção à campanha Outubro Rosa, que promove debates sobre a prevenção e o combate ao câncer de mama no Brasil. Relata que protocolou projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a conceder terapia em grupo para as mulheres acometidas pela doença nas unidades de saúde de Santa Catarina, ressaltando os benefícios de tal ferramenta para os pacientes. Entende fundamental um esforço para que o projeto seja aprovado ainda em outubro, e parabeniza as

voluntárias que se dedicam à referida causa.
[Taquígrafa: *Cristiany*]

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (Oradora) - Faz menção à campanha Outubro Rosa no Brasil e no mundo, reforçando a importância de um diagnóstico precoce no tratamento do câncer de mama, além de proporcionar diálogo com a sociedade e chamar à responsabilidade os gestores do governo na aplicação de políticas públicas para o enfrentamento da referida doença, que no Brasil é a terceira causa de óbitos.

Comenta a presença da sra. Leoni Margarida Simm, presidente da Associação Brasileira de Portadores de Câncer, fazendo uma explanação sobre a oitava edição da referida campanha, reafirmando a contribuição do Parlamento Catarinense em prol da divulgação da doença.

Repercute a notícia de que o estado de Santa Catarina possui 101 mamógrafos, quantidade ideal para atender as mulheres, todavia, ressalta que somente 38 aparelhos se encontram em condições ideais para detectar o câncer de mama, enfatizando que a comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, em audiência, vai apurar a lamentável situação.
[Taquígrafia: *Elzamar*]

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador) - Reporta-se à aprovação do percentual mínimo para a Saúde, ocorrida na sessão anterior e, ao mesmo tempo, salienta que todo o esforço pode-se tornar inócuo devido à aprovação da PEC n. 241, que levará a economia brasileira à estagnação, gerando impacto negativo à economia dos municípios e afetando diretamente a educação e a saúde, que são os dois pontos principais para o desenvolvimento de um país.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Suspende a sessão até o início do horário destinado aos Partidos Políticos. [Taquígrafa: *Sílvia*]

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) -
Reabre a sessão e passa ao horário destinado aos
Partidos Políticos.

Partidos Políticos

Partido: PSDB

DEPUTADO SERAFIM VENZON (Orador) - Parabeniza o desembargador Lédio Rosa de Andrade, que há 20 anos criou o Programa Lar Legal, que objetiva a legalização, documentação e matrícula no registro de imóveis a proprietários de terrenos e outros imóveis não escriturados, destacando a parceria do Ministério Público, do deputado Gelson Merisio, do Tribunal de Justiça e das prefeituras pelo sucesso do programa, considerando-o o maior programa social do governo Raimundo Colombo no estado.
[Taquígrafa: Ana Maria]

Partido: PSD

DEPUTADO MILTON HOBUS (Orador) - Menciona a importância da Educação e da Saúde à sociedade, registrando ter participado, na segunda-feira, do Prêmio Educador Elpídio Barbosa, organizado pelo Conselho Estadual de Educação, que destacou vários municípios com instituições de referência na qualidade da educação.

Em relação à Saúde, destaca sua participação na audiência pública realizada na presente data, que contou com a presença do secretário João Paulo Kleinübing, para amenizar a situação financeira da referida área.

Acredita na necessidade da prevenção, do nascimento à velhice, integralmente, preocupando-se com as gestantes, com o trabalhador, com a saúde bucal e com a distribuição de medicamentos de uso contínuo, justificando que tal mudança de cultura diminuiria custos e melhoraria a vida das pessoas.

Deputado Leonel Pavan (Aparteante) - Elogia o deputado e enaltece o seu desempenho como prefeito de Rio do Sul. Argumenta que, neste momento delicado, a melhoria do atendimento na área da

Saúde tem sido a grande reivindicação da população. Concorda que é urgente a mudança de cultura e que, diante de assuntos de tamanha relevância, as cores partidárias devem perder a importância. *[Taquígrafa: Sara]*

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (Oradora) - Destaca a visita à Assembleia Legislativa de representantes das Centrais Sindicais, que estão protocolando o pedido de *impeachment* do governador Raimundo Colombo na Alesc, manifestando contrariedade com aprovação, na Câmara dos Deputados, da PEC n. 241, que congela por 20 anos os investimentos na área da Saúde, Educação e Assistência Social, vislumbrando, no futuro, uma situação muito pior do que a atual à economia brasileira.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (Aparteante) - Entende que a PEC n. 241 é necessária para acertar as contas do país e gerar benefícios a todos os brasileiros. *[Taquígrafa: Cristiany]*

Partido: PMDB

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (Orador) - Faz o registro do lançamento do livro Vicente Telles: O Mensageiro do Contestado, ato realizado na sessão especial no dia 24 de outubro na Assembleia Legislativa, fazendo alusão ao entrelaçamento entre a vida do personagem e a Guerra do Contestado, tendo em vista os seus últimos 40 anos de vida dedicados a pesquisar tudo sobre o sangrento episódio ocorrido entre os estados de Santa Catarina e Paraná.

Manifesta repúdio ao histórico episódio, defendendo a ideia do resgate urgente da região do Contestado pelos órgãos governamentais, evitando a desigualdade entre as regiões catarinenses.

Faz menção à PEC aprovada pela Assembleia Legislativa, na data anterior, que eleva o percentual de recursos à saúde de 12% para 15%, exigindo dos governantes a capacidade de gestão para garantir o aumento de 3%, defendendo também recursos para outras áreas.

Deputado Fernando Coruja (Aparteante) -
Cumprimenta o deputado pela lembrança dos 100 anos da Guerra do Contestado, destacando que foi um conflito de classes sociais e que se reproduz até os dias atuais no Brasil, desfavorecendo os mais pobres. [Taquígrafa: Elzamar]

Ordem do Dia

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Dá início à Ordem do Dia, relatada na íntegra.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou contrário ao Projeto de Lei n. 0092/2016.

Comunica, também, que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0606/2016.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0273/2016.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0563/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final da Proposta de Emenda à Constituição n. 0001/2016 - Tramitação conjunta com a PEC n, 0002/2016, de procedência das Câmaras Municipais.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0100/2016, de autoria do deputado Ismael

dos Santos, que altera a Lei n. 16.629, de 2015, que declara de utilidade pública a Associação dos Familiares e Amigos dos Dependentes Químicos (Afadeq), de Alto Bela Vista.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0102/2016, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública o Clube de Mães Estrela Guia, de Vítor Meireles.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0117/2016, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que declara de utilidade pública a Associação Cultural Social Grüne Nadeln Volkstanzgruppe - Grupo Folclórico Verdes Agulhas -, com sede no município de Ituporanga.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0109/2015, de autoria do deputado Fernando Coruja, que dispõe sobre a distribuição gratuita de análogos da insulina aos portadores de diabetes inseridos em programas de educação para diabéticos.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

Em discussão.

Para discutir o eminente deputado Fernando Coruja, autor da matéria.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, srs. parlamentares. Esse é um projeto que eu e o deputado Dalmo Claro apresentamos e que tem por finalidade a distribuição gratuita de análogos de insulina aos portadores de diabetes inseridos em programas de educação para diabéticos.

Primeiramente, sobre a questão do mérito em função da necessidade, gostaria de salientar que os análogos de insulina são insulinas modernas que têm um aminoácido diferente na sua composição. No início, quando a insulina foi descoberta, lá em 1922, por um cientista canadense, Frederick Bantin, era insulina de porco, insulina bovina, depois, com o passar do tempo, conseguiu-se fazer insulina humana, que são essas insulinas comuns que se usam. E, agora, uma série de insulinas mais modernas e que tem como vantagem manter o controle da glicemia, porque elas fazem a insulina do sangue permanecer estável.

E têm outras insulinas que são ultrarrápidas, elas são feitas na hora da comida e podem metabolizar aquela quantidade de carboidratos usados naquele instante, e elas precisam ser usadas para grupos específicos, principalmente em crianças, que têm Diabetes Tipo 1, e pacientes em situações especiais, quando eles têm Diabetes, que é uma complicação renal, eventualmente em outras situações de doença grave.

Como é que é hoje? Hoje o SUS não fornece regra, a pessoa vai para a Justiça e ganha a insulina, claro que são insulinas de um preço mais alto. *[Taquígrafa: Sílvia]*

O que nós queremos com o projeto é disciplinar de forma que haja um protocolo, e que todos que realmente precisem de insulina que a recebam sem necessidade de recorrer à Justiça, e ao mesmo, o Poder Judiciário tendo a lei, ele pode se embasar nesta tese, que eu defendo com relação à questão dos medicamentos.

Aliás, quando fui secretário estadual da saúde, no ano de 2003, fizemos seis grandes reuniões no estado para discutir a judicialização, porque percebemos o que estava acontecendo. E na época escrevi uma tese de doutorado em Direito sobre o fornecimento de medicamentos excepcionais, encaminhei ao Supremo Tribunal Federal, e agora está discutida esta questão, e algumas ideias minhas talvez prevaleçam.

O Poder Judiciário pode fornecer insulina quando tem um protocolo definido, não serve para prescrever, não fornece o medicamento de forma anárquica, para qualquer um que pede, sem critérios, porque acaba sendo assim, como o juiz não tem como diferenciar se o caso é grave ou não, acaba fornecendo e sendo assim, acaba por não fazer Justiça, é lógico que a maioria das demandas judiciais são para as pessoas mais pobres.

Então, esse projeto tem essa característica, há a velha discussão da inconstitucionalidade, inclusive a comissão de Constituição e Justiça da Casa deu parecer como inconstitucional, porém, esse parecer foi derrubado no Plenário, e eu tive a oportunidade de conversar com o procurador-geral de Justiça do estado, dr. João dos Passos, discutindo a questão. Há novos entendimentos no Supremo Tribunal, que está encaminhando pareceres no sentido de que as Assembleias Estaduais têm competência, sim, para legislar sobre isso.

O deputado Kennedy Nunes está percorrendo o Brasil para conseguir apoio a nossa tese, que é pioneira na Assembleia de Santa Catarina, e no próximo ano vai entregar a proposta de emenda

constitucional para modificar o quadro nacional e permitir que os deputados possam ter mais iniciativas na elaboração de leis. E temos certeza de que vamos conseguir as assinaturas. Já temos 12, mas é necessário um total de 14 assinaturas até desaceleramos um pouco devido à crise nacional brasileira.

Por isso, repito, o projeto é importante e peço o apoio dos companheiros deputados para aprovação e possamos transformar em lei.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Deputado Dalmo Claro - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dalmo Claro.

DEPUTADO DALMO CLARO - Sr. presidente, tive o prazer de assinar em conjunto com o deputado Fernando Coruja o projeto de lei para a distribuição gratuita, para quem necessitar, do análogo da insulina, medicamento que o deputado já explanou a respeito.

Na verdade, quando estávamos na secretaria da Saúde, em 2012 e 2013, discutimos muito com a Sociedade Brasileira de Diabetes, e também com a regional do estado, com o seu presidente, elaboramos protocolo com distribuição da insulina, colocamos regras bem definidas, que restringe e distribuição do medicamento para quem realmente precisa.

Chegamos a aprovar no Conselho Estadual de Saúde a nossa proposta, que seria decisão administrativa, e naquele momento a Justiça federal concedeu liminar com relação ao pedido do Ministério Público Federal em Criciúma, com extensão para todo o estado de Santa Catarina, que obrigava o governo federal a fornecer as insulinas. E pela decisão do juiz no estado, deputado Altair Silva, o estado ficaria com a obrigação da logística da distribuição do produto. Por conta disso, segurei um pouco para não onerar o estado, já que havia a decisão da Justiça federal e, posteriormente, logo que saí da

secretaria da Saúde, a segunda instância da Justiça Federal suspendeu a liminar.

O secretário de estado da Saúde, João Paulo Kleinübing, na audiência que apresentou o relatório quadrimestral da secretaria do estado da Saúde, manifestou-se favorável que o estado faça a distribuição do medicamento, fez inclusive menção à iniciativa anterior resgatando o protocolo que fizemos na ocasião. Até porque, havendo protocolo e distribuição organizada do medicamento por parte da secretaria estadual da Saúde, facilita para que o Poder Judiciário não conceda qualquer liminar a qualquer pretexto porque existe o protocolo bem organizado e aceito pela Sociedade Brasileira de Diabetes de Santa Catarina, que estabelece critérios técnicos para distribuição da insulina e que vai afastar medidas judiciais para outras pretensões que não se encaixe no protocolo. E mais, havendo o protocolo, a secretaria da Saúde pode organizar a aquisição, promovendo a licitação e trazendo os produtos para um patamar mais reduzido, já que terá condições, havendo similares dos análogos, de estabelecer concorrência e conseguir comprar, não a marca que está indicada pelo juiz, mas a marca que vencer no processo licitatório, o que provavelmente vai reduzir os custos para a secretaria de estado da Saúde.

Quero dizer também que aos srs. que o Diabetes é uma doença que ainda sofre muito preconceito, principalmente o Diabetes Tipo 1, infanto-juvenil, sobre os quais as pessoas dizem que eles não irão viver mesmo, que será difícil, que terão complicações diversas. Não! Eu digo não! A situação mudou muito. Isso existia no tempo da insulina bovina, depois, com a insulina do porco, a porcina, houve melhoras, e atualmente, com as insulinas humanas e com os análogos os pacientes estão vivendo muito bem, a doença é uma simples ausência de um hormônio no organismo que a ciência tem condições de repor. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

E o custo não é nada abusivo. Uma ampola custa na faixa dos R\$ 200 que, com certeza, por licitação, vai ser comprada por menos. Não é nada

que vá onerar ou inviabilizar a secretaria, sendo que ela já gasta, também, com isso.

Então, hoje, os pacientes estão completamente integrados à sociedade. Trata-se de uma doença que não incapacita, as pessoas trabalham, e eu quero aqui relatar, até agora não tinha comentado isso, mas tenho uma experiência doméstica. Eu tenho um filho de 30 anos que é diabético e insulínico desde os seis anos de idade. Ele vive muito bem, não precisa do análogo, usa a insulina comum, que nós adquirimos às nossas expensas, não é problema, mas sei o drama da família do diabético que precisa manter o paciente em controle, principalmente crianças, porque tive muita dificuldade do controle metabólico do meu filho quando ele era pequeno.

Hoje, como adulto, é mais fácil, ele se controla sozinho, tem um autocontrole, mas nós precisamos dar esse amparo às famílias, principalmente às crianças, que têm uma dificuldade de controle, e que, às vezes têm hiper ou hipo glicemias, o que inviabiliza uma vida normal para este tipo de paciente.

Por isso, conclamo os nossos pares que votem conosco e aprovem esse projeto de lei.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) -
Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Fernando Coruja.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, se fosse possível votar o segundo turno hoje seria ótimo.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente)- Pois não!

Pedido de Informação n. 0138/2016, de autoria do deputado Fernando Coruja, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes à extinção da Cohab/SC.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0193/2016, de autoria do deputado Natalino Lázare, a ser enviada ao líder da Bancada Catarinense no Congresso Nacional e ao ministro das Cidades, apelando pela adoção de medidas de incentivo aos pequenos produtores rurais no estado, bem como a retomada imediata do Programa Nacional de Habitação Rural.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0194/2016, de autoria do deputado Natalino Lázare, a ser enviada ao prefeito de Fraiburgo, manifestando apoio nesse momento difícil em decorrência da forte chuva de granizo que atingiu o município deixando inúmeras famílias desabrigadas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0195/2016, de autoria do deputado Natalino Lázare, a ser enviada aos presidentes da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado, e ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural em Santa Catarina, manifestando reconhecimento pelo trabalho desenvolvido na agricultura catarinense com a difusão de programas de treinamento, cursos e capacitações que fomentam o agronegócio no estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0196/2016, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso, a ser enviada à Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, Regional Santa Catarina e seus voluntários, manifestando apoio e reconhecimento pela iniciativa da realização do mutirão de reconstrução mamária.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0197/2016, de autoria da comissão de Saúde, a ser enviada ao governador do estado, solicitando a liberação imediata de recursos para pagamento dos repasses em atraso da secretaria da Saúde para os municípios.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0198/2016, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviada ao presidente da República e ao ministro da Justiça e Cidadania, solicitando mediação democrática em relação ao movimento de jovens estudantes do IFSC, contra a PEC n. 241 e a MP n. 746.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0199/2016, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviada ao ministro da Saúde, manifestando apoio ao pedido de reconhecimento do Hospital Regional do Oeste como Hospital de Ensino.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 1.086/2016, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao presidente do Deter, solicitando informações acerca dos recursos públicos empregados na gratuidade da travessia do *ferry boat* entre Itajaí e Navegantes.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.087/2016, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao presidente do Tribunal de Contas, solicitando

informar se o Deter já solucionou os problemas apontados no edital do Processo Licitatório que pretende escolher a empresa responsável pela travessia entre Itajaí e Navegantes, por *ferry boat* e balsa, que se encontra suspenso.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.088/2016, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao presidente do Deter, solicitando informações sobre a situação atual do processo de licitação desencadeado em agosto de 2014 para a concessão da travessia por *ferry boat* e balsa, entre as cidades de Itajaí e Navegantes.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 1.083/2016, de autoria do deputado Cesar Valduga; 1.084/2016 e 1.093/2016, de autoria do deputado Natalino Lázare; 1.085/2016, de autoria do deputado Darci de Matos; 1.089/2016, de autoria do deputado Cleiton Salvaro; 1.090/2016, de autoria do deputado Leonel Pavan; 1.091/2016, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 1.092/2016, de autoria do deputado Aldo Schneider e outros; 1.094/2016, 1.095/2016, 1.096/2016, 1.097/2016, 1.098/2016, 1.099/2016 e 1.100/2016, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 1.101/2016 e 1.102/2016, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários, conforme determina

o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0450/2016 e 0453/2016, de autoria do deputado Natalino Lázare; 0451/2016 e 0452/2016, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0454/2016, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro; 0455/2016, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0456/2016 e 0463/2016, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0457/2016, de autoria do deputado Altair Silva; 0458/2016, 0459/2016 e 0460/2016, de autoria do deputado Valmir Comin; 0461/2016 e 0462/2016, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso.

Deputado Padre Pedro Baldissera - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Apenas para registrar, nesta Casa, a presença da vereadora reeleita de São Miguel d'Oeste, Maria Tereza Capra.

Seja bem-vinda a esta Casa, vereadora!

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Consulto os srs. líderes sobre a observação dos deputados Fernando Coruja e Dalmo Claro no sentido de votar o segundo turno da matéria n. 0109/2015 ainda hoje.

(Os deputados aquiescem.)

Não havendo óbice com relação à votação, neste momento, a Presidência encerra a sessão, convocando outra, extraordinária, para às 16h17, dando prosseguimento à pauta da Ordem do Dia.

Está encerrada a sessão. [Taquígrafa: Sara]
[Revisão Final - Taquígrafa: Renata]